KPE Performance em Engenharia S.A.

CNPJ/ME nº 38.316.316/0001-60

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: A KPE Performance em Engenharia S.A. submete a V.Sas. as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social findo em 31/12/2022, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente.

Balanços patrimoniais em 31 dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

Ativo	Notas	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	15.946	6.602	16.147	7.267
Contas a receber de clientes	6	92.288	58.506	92.288	58.506
Estoques	7	10.745	11.149	10.745	11.149
Impostos a recuperar		699	552	708	552
Adiantamento a terceiros		7.489	8.601	7.489	8.601
Despesas antecipadas		6.853	4.212	6.853	4.212
Outros ativos		2.246	1.305	2.246	1.306
Total do ativo circulante		136.266	90.927	136.476	91.593
Ativo não circulante					
Aplicação financeira	5	40.000	40.000	40.000	40.000
Títulos a receber	21	61	10.110	61	10.110
Despesas antecipadas		2.867	825	2.867	825
Depósitos judiciais		2.135	942	2.135	942
Tributos diferidos	25	20.237	5.515	20.237	5.515
Partes relacionadas	8	306	3.823	103	3.157
Outros ativos		70	106	70	106
Investimentos		6	–	–	–
Imobilizado	9	26.583	25.192	26.583	25.192
Total do ativo não circulante		92.265	86.513	92.056	85.847
Total do ativo		228.531	177.440	228.532	177.440

Passivo e patrimônio líquido	Notas	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Passivo circulante					
Fornecedores	10	57.810	47.847	57.811	47.847
Salários, provisões e contribuições sociais	11	18.552	8.090	18.552	8.090
Tributos e contribuições a recolher	12	11.054	5.085	11.054	5.085
Parcelamentos tributários	13	4.080	–	4.080	–
Empréstimos e financiamentos	14	16.888	6.169	16.888	6.169
Debêntures	15	–	3.045	–	3.045
Valores faturados e recebidos antecipadamente	16	15.912	446	15.912	446
Arrendamentos por direito de uso	17	97	441	97	441
Outros passivos		5.947	4.926	5.947	4.926
Total do passivo circulante		130.340	76.049	130.341	76.049
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	14	833	–	833	–
Valores faturados e recebidos antecipadamente	16	4.034	11.171	4.034	11.171
Adiantamento de terceiros	18	1.253	10.400	1.253	10.400
Arrendamentos por direito de uso	17	666	707	666	707
Conta corrente com consórcios	19	26.502	18.076	26.502	18.076
Tributos e contribuições a recolher	12	3.180	1.660	3.180	1.660
Provisão para riscos processuais	20	177	177	177	177
Parcelamento tributário	13	8.920	–	8.920	–
Partes relacionadas	8	483	–	483	–
Outros passivos		2.654	1.059	2.654	1.059
Total do passivo não circulante		48.702	43.250	48.702	43.250
Patrimônio líquido					
Capital social		74.000	70.131	74.000	70.131
Reserva de capital		16.131	–	16.131	–
Prejuízos acumulados		(40.642)	(11.990)	(40.642)	(11.990)
Total do patrimônio líquido	21	49.489	58.141	49.489	58.141
Total do passivo e do patrimônio líquido		228.531	177.440	228.532	177.440

As notas explicativas da diretoria são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Demonstração do resultado - Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Notas	Controladora Acumulado do atual exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Controladora Acumulado do exercício anterior 01/01/2021 à 31/12/2021	Consolidado Acumulado do atual exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Consolidado Acumulado do exercício anterior 01/01/2021 à 31/12/2021
Receita líquida	22	301.603	88.273	301.603	88.273
Custos dos serviços prestados	23	(300.549)	(85.899)	(300.549)	(85.899)
Resultado operacional		1.054	2.374	1.054	2.374
Despesas gerais e administrativas	23	(38.647)	(18.441)	(38.672)	(18.442)
Outras receitas (despesas) - líquidas	23	899	1.069	899	1.069
Despesas operacionais		(37.748)	(17.372)	(37.773)	(17.373)
Prejuízo antes do resultado financeiro		(36.694)	(14.998)	(36.719)	(14.999)
Resultado de equivalência patrimonial		7	–	–	–
Provisão para perda em investimentos		–	(2)	–	–
Prejuízo antes do resultado financeiro e impostos		(36.687)	(15.000)	(36.719)	(14.999)
Receitas financeiras		5.260	124	5.302	124
Despesas financeiras		(11.947)	(1.352)	(11.957)	(1.353)
Resultado financeiro, líquido	24	(6.687)	(1.228)	(6.655)	(1.229)
Prejuízo antes dos impostos		(43.374)	(16.228)	(43.374)	(16.228)
IR e CS	25				
Diferidos		14.722	5.515	14.722	5.515
Prejuízo do exercício		(28.652)	(10.713)	(28.652)	(10.713)

As notas explicativas da diretoria são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Demonstrações dos resultados abrangentes - Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Controladora Acumulado do atual exercício 01/01/2022 a 31/12/2022	Controladora Acumulado do exercício anterior 01/01/2021 a 31/12/2021	Consolidado Acumulado do atual exercício 01/01/2022 a 31/12/2022	Consolidado Acumulado do exercício anterior 01/01/2021 a 31/12/2021
Prejuízo do exercício	(28.652)	(10.713)	(28.652)	(10.713)
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes:	–	–	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	(28.652)	(10.713)	(28.652)	(10.713)

As notas explicativas da diretoria são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Notas	Capital social Subscrito	Capital social A integralizar	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31/12/2020		58.501	(1.980)	–	(1.277)	55.244
Aumento de capital	21	11.630	1.980	–	–	13.610
Prejuízo do exercício		–	–	–	(10.713)	(10.713)
Saldo em 31/12/2021		70.131	–	–	(11.990)	58.141
Aumento de capital	21	3.869	–	–	–	3.869
Constituição de reserva de capital	21	–	–	16.131	–	16.131
Prejuízo do exercício		–	–	–	(28.652)	(28.652)
Saldo em 31/12/2022		74.000	–	16.131	(40.642)	49.489

As notas explicativas da diretoria são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Notas	Controladora Acumulado do atual exercício 01/01/2022 a 31/12/2022	Controladora Acumulado do exercício anterior 01/01/2021 a 31/12/2021	Consolidado Acumulado do atual exercício 01/01/2022 a 31/12/2022	Consolidado Acumulado do exercício anterior 01/01/2021 a 31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo do exercício		(28.652)	(10.713)	(28.652)	(10.713)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:					
Provisão para perda em investimentos			(2)		
Variação monetária e encargos		1.420	326	1.420	326
Ajuste a valor presente		119	123	119	123
Depreciações e amortizações	9/23	2.078	1.433	2.078	1.433
Resultado de equivalência patrimonial		(7)	–	–	–
Ganho (perda) na venda de imobilizado		751	–	751	–
Tributos diferidos	25	(14.722)	(5.515)	(14.722)	(5.515)
Provisão para riscos processuais	20	–	177	–	177
Provisão de custos de projetos		(178)	178	(178)	178
Outros		2.299	–	2.297	–
Redução (aumento) nos ativos operacionais					
Contas a receber		(33.782)	(62.178)	(33.782)	(62.178)
Estoques		403	(11.148)	403	(11.148)
Impostos a recuperar		(147)	(552)	(156)	(552)
Depósitos e valores vinculados		(1.158)	(1.045)	(1.158)	(1.045)
Despesas antecipadas		(4.683)	(5.037)	(4.683)	(5.037)
Adiantamento a terceiros		1.112	(8.588)	1.112	(8.588)
Títulos a receber		(939)	(1.307)	(939)	(1.307)
Outros créditos		(65)	–	(65)	–
Aumento nos passivos operacionais					
Fornecedores		9.963	47.693	9.965	47.693
Salários, provisões e contribuições sociais		10.462	8.090	10.462	8.090
Tributos e contribuições a recolher		16.676	6.636	16.676	6.636
Parcelamentos tributários		(1.622)	–	(1.622)	–
Tributos diferidos		1.520	–	1.520	–
Adiantamentos de clientes		17.939	10.846	17.939	10.846
Valores faturados e recebidos antecipadamente		(9.610)	11.171	(9.610)	11.171
Conta corrente com consórcios		8.426	18.076	8.426	18.076
Outros passivos		2.294	4.833	2.294	4.830
Caixa líquido gerado pelas (aplicados nas) atividades operacionais		(20.103)	3.497	(20.105)	3.496
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aquisição de imobilizado	9	(3.278)	(22.086)	(3.278)	(22.086)
Aquisição de intangível		1	–	1	–
Caixa aplicado nas atividades de investimento		(3.278)	(22.086)	(3.278)	(22.086)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Empréstimos tomados de terceiros	14	21.124	6.000	21.124	6.000
Empréstimos pagos a terceiros	14	(9.844)	–	(9.844)	–
Pagamento de juros sobre empréstimos	14	(3.074)	–	(3.074)	–
Captação de debêntures	15		3.000		3.000
Pagamento de debêntures	15	(3.000)	–	(3.000)	–
Pagamento de juros sobre debêntures	15	(557)	(113)	(556)	(113)
Recursos recebidos de partes relacionadas	8	314.543	50.000	207.150	50.000
Recursos enviados a partes relacionadas	8	(306.468)	(43.197)	(199.538)	(42.531)
Integralização e reserva de capital	8/21	20.000	3.500	20.000	3.500
Caixa gerado pelas atividades de financiamento		32.725	19.190	32.263	19.856
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		9.344	601	8.880	1.266
Caixa e equivalentes de caixa:					
No início do exercício	4	6.602	6.001	7.267	6.001
No final do exercício	4	15.946	6.602	16.147	7.267
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		9.344	601	8.880	1.266

As notas explicativas da diretoria são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Demonstrações do valor adicionado - Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Notas	Controladora Acumulado do atual exercício 01/01/2022 a 31/12/2022	Controladora Acumulado do atual exercício 01/01/2021 a 31/12/2021	Consolidado Acumulado do atual exercício 01/01/2022 a 31/12/2022	Consolidado Acumulado do atual exercício 01/01/2021 a 31/12/2021
Receitas					
Receita de prestação serviços	22	316.812	92.680	316.812	92.680
Outros		(128)	66	(128)	66
Total		316.684	92.746	316.684	92.746
Insumos adquiridos de terceiros					
Custos dos serviços prestados		(181.903)	(59.042)	(181.903)	(59.042)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(27.164)	(10.275)	(27.189)	(10.276)
Outros					
Total		(209.067)	(69.317)	(209.092)	(69.318)
Valor adicionado bruto		107.617	23.429	107.592	23.428
Depreciações e amortizações	23	(2.078)	(1.433)	(2.078)	(1.433)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		105.539	21.996	105.514	21.995
Valor adicionado recebido em transferência					
Receitas financeiras	24	5.260	124	5.302	124
Resultado de equivalência patrimonial		7	(2)	–	–
Aluguéis		1.401	1.765	1.401	1.765
Valor Adicionado Total a Distribuir		112.207	23.883	112.217	23.884
Distribuição do Valor Adicionado		(112.207)	(23.883)	(112.217)	(23.884)
Pessoal:					
Remuneração		(68.202)	(22.296)	(68.202)	(22.296)
Benefícios		(10.989)	(2.563)	(10.989)	(2.563)
FGTS		(4.168)	(1.049)	(4.168)	(1.049)
Impostos, taxas e contribuições		(33.896)	(9.826)	(33.896)	(9.826)
Tributos diferidos	25	14.722	5.515	14.722	5.515
Remuneração de capitais de terceiros:					
Despesas financeiras	24	(11.947)	(1.352)	(11.957)	(1.353)
Aluguéis		(26.379)	(3.025)	(26.379)	(3.025)
Prejuízo do exercício		28.652	10.713	28.652	10.713

As notas explicativas da diretoria são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Notas explicativas às demonstrações contábeis Individuais e consolidados em 31/12/2022 e de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional: A KPE Performance em Engenharia S.A. ("Companhia" ou "KPE"), constituída em 18 de agosto de 2020, é uma Companhia domiciliada no Brasil com sede localizada na Rua Pais Leme, número 524 conjunto 123, 12º andar - Pinheiros/SP. A Companhia tem por objetivo a exploração da atividade de engenharia civil e pesada, inclusive gerenciamento e execução de projetos e obras, importação e exportação em geral, compra e venda de materiais, máquinas e equipamentos, compra e venda de imóveis próprios, locação de bens móveis, aproveitamento e exploração de jazidas minerais, serviços de dragagem e transporte, navegação marítima, fluvial e lacustre, manutenção e montagem industrial, instalações e montagens elétricas, eletrônicas, eletromecânicas e mecânicas, sempre que do interesse social, podendo inclusive, constituir e participar em consórcio de empresas e participar como sócia ou acionista de outras Companhias no Brasil e Exterior. A Companhia possui atestados que comprovam sua capacidade técnica e operacional para a execução das mais complexas obras e projetos necessários na construção civil pesada para a execução de obras como rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, mobilidade urbana, metrôs, saneamento, gasodutos, energia (hidrelétricas, barragens etc.) petróleo e gás, indústrias petroquímicas, mineração, papel e celulose e edificações, com a possibilidade de transformar e desenvolver as regiões por onde atua. Em 08 de março de 2021, a Companhia firmou seu primeiro contrato de prestação de serviço de engenharia e a partir de então vem conquistando novos contratos e se consolidando no segmento de construção civil. A Companhia participa do desenvolvimento de obras e projetos em conjunto com outros parceiros de negócio, mediante a formação de consórcios. Coronavírus (COVID-19): A Companhia continua observando o cenário econômico com foco nos impactos da pandemia e até a presente data, não houve quaisquer eventos que pudessem alterar de forma significativa as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, bem como as operações da Companhia. Com o avanço da vacinação, a Companhia avalia um cenário de melhoria contínua e recuperação da economia e seguirá com o foco em manter a segurança de seus colaboradores e parceiros, além da adoção de estratégias visando o equilíbrio econômico e financeiro de seus contratos e atividades. A Companhia continuará atendendo rigorosamente a todas as medidas de acordo com as Entidades de Classes, Autoridades Governamentais e Ministério da Saúde. **2. Base de elaboração e políticas contábeis das demonstrações contábeis individuais e consolidadas: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas no pressuposto de continuidade dos negócios e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os Pronunciamentos, Interpretações, e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). As demonstrações contábeis individuais e consolidadas evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas e somente elas, as quais são consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi autorizada pela diretoria da Companhia em 05 de abril de 2023. **2.2. Base de elaboração:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão sendo apresentadas em milhares de Reais, sendo sua moeda funcional o real (R$), com base no custo histórico, exceto pela avaliação de certos ativos e passivos, que estão mensurados pelo valor justo. A preparação de demonstrações contábeis individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da diretoria da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. **2.3. Base de consolidação:** As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Companhia e da entidade controlada pela Companhia (sua controlada) elaboradas até 31 de dezembro de 2022. A Desbrava Equipamentos Ltda. ("Desbrava") foi constituída em 5 de maio de 2021, é controlada integral da Companhia e possui o objetivo de locação de bens móveis, equipamentos e aluguel de outras máquinas voltadas para construção civil pesada. Até a conclusão dessas demonstrações a Desbrava não possuía operação. O controle é obtido quando a Companhia: • Tem poder sobre a investida; • Está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e • Tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos. A Companhia reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais dos três elementos de controle relacionados anteriormente. A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas no resultado a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que a Companhia deixa de controlar a controlada. Nas demonstrações contábeis individuais, as participações em controladas são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial. Participação em consórcios: A Companhia participa do desenvolvimento de obras e projetos em conjunto com outros parceiros de negócio através da formação de consórcios. As empresas consorciadas se comprometem com as condições previstas nos respectivos contratos e podem responder individualmente ou solidariamente pelas obrigações/passivos assumidos no âmbito do escopo contratual. O prazo de duração dos consórcios é determinado e coincide com o término de todas as obrigações assumidas. A Consorciada líder é responsável em representar o consórcio perante a terceiros, pela gestão financeira e alocação dos recursos. Os ativos, passivos e resultados decorrentes da participação em consórcios são reconhecidos linha a linha de acordo com os percentuais da Companhia, considerando as devidas eliminações *intercompany*. As práticas contábeis dos consórcios estão em conformidade com as adotadas pela Companhia. **2.4. Caixa e equivalentes de caixa:** São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações contábeis cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **2.5. Instrumentos financeiros:** Ativos financeiros: Os ativos financeiros são classificados conforme abaixo: 1. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, que correspondem aos ativos que o objetivo é mantê-lo até o fim do fluxo de caixa contratual e ativos que contenham exclusivamente pagamento de principal e juros sobre o saldo em aberto. 2. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, que correspondem a ativos cujo objetivo seja mantê-lo até o fim do recebimento dos fluxos contratuais ou pela venda do ativo, ou ativos que contenham pagamento de principal e juros sobre o saldo em aberto. 3. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, que correspondem a ativos que não atendem as condições de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou valor justo por meio outros resultados abrangentes. No reconhecimento inicial a Companhia irá avaliar individualmente cada ativo para classificá-lo de acordo com as estratégias e modelos de negócio da diretoria. Um ativo financeiro, ou parte aplicável de um ativo financeiro ou grupo de ativos semelhantes, é baixado quando, e somente quando: 1. A instituição não tiver expectativas razoáveis de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou parte dele. 2. A instituição transfere o direito de receber o fluxo de caixa do ativo ou retiver os direitos contratuais de receber fluxos de caixa do ativo financeiro, mas tenha assumido a obrigação de pagar o fluxo de caixa recebido, no montante total, sem demora material, a um terceiro e se a instituição transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo. Passivos financeiros: Um passivo financeiro é reconhecido quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. No reconhecimento inicial, passivos financeiros são mensurados a valor justo adicionado ou deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de tais passivos, exceto por passivos financeiros mensurados ao valor justo. Passivos financeiros são classificados como mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Quando passivos financeiros mensurados a custo amortizado têm seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do período. **2.6. Estoques:** Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. **2.7. Imobilizado:** Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzidos de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão. Um item de imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes na venda ou baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no período em que o ativo for baixado. **2.8. Arrendamentos:** A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. Ativos de direito de uso: A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Passivos de arrendamento: Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor: A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. **2.9. Tributação:** Imposto de renda corrente: A provisão para imposto sobre a renda está baseada no lucro tributável do período. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros períodos, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A Companhia adotou o regime de tributação pelo lucro real, com alíquotas de 25% e 9%, para Imposto de Renda e Contribuição Social, respectivamente. Imposto de renda diferido: O imposto sobre a renda diferido ("imposto diferido") é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada período entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de ágio ou de reconhecimento inicial (exceto para combinação de negócios, se aplicável) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável, nem o lucro contábil. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados, considerando a apuração por entidade, apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes. **2.10. Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e de suas controladas e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo, e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. **2.11. Provisões:** A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **2.12. Distinção entre ativos e passivos circulantes e não circulantes:** A distinção entre circulante e não circulante é baseada no ciclo operacional ou de ativos realizados e passivos liquidados dentro desse mesmo ciclo; a norma define o ciclo operacional como o tempo entre a aquisição dos ativos que circulam continuamente (capital de giro) e sua realização em caixa. A Companhia adota o prazo de 12 meses como ciclo operacional. **2.13. Reconhecimento da receita: Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção:** A receita do contrato compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais e os pagamentos de incentivos contratuais, na condição em que seja provável que elas resultem em receita e possam ser mensuradas de forma confiável. Tão logo o resultado de um contrato de construção possa ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão do contrato. Despesas de contrato são reconhecidas quando incorridas, a menos que elas criem um ativo relacionado à atividade do contrato futuro. O estágio de conclusão é avaliado pela referência física ou financeira dos trabalhos realizados. O critério a ser adotado depende dos termos de cada contrato e de todos os fatos e circunstâncias relacionadas. Quando o resultado de um contrato de construção não pode ser medido de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida até o limite dos custos reconhecidos na condição de que os custos incorridos possam ser recuperados. Perdas em um contrato são reconhecidas imediatamente no resultado. **2.14. Participação nos resultados:** A Companhia reconhece um passivo e uma despesa referentes à provisão de participação nos resultados do período. A diretoria utiliza como base de cálculo dessa provisão o resultado associado a uma métrica de atingimento de metas e objetivos específicos, os quais são estabelecidos e aprovados no início de cada período. **2.15. Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7). **2.16. Novas normas, alterações e interpretações já adotas no exercício corrente:** Apesar de o IASB encorajar a adoção antecipada de novas normas emitidas, tal prática não é permitida no Brasil pelo CPC, portanto a Companhia as aplicará apenas na data de sua adoção inicial. Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS: O CPC 00 - Estrutura conceitual teve sua 3ª revisão vigente a partir de 1º de janeiro de 2020. A revisão da Estrutura Conceitual ("Conceptual Framework") traz as seguintes novidades: definições de ativo e passivo; critérios para reconhecimento, baixa, mensuração, apresentação e divulgação para elementos patrimoniais e de resultado. Outras normas alteradas e interpretações: As seguintes normas alteradas e interpretações não tiveram impacto significativo nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia: • Definição de um negócio (alterações ao CPC 15 - IFRS 3); • Definição de materialidade (emendas ao CPC 26 - IAS 1 e CPC 23 - IAS 8). **• Alteração na norma IAS 16 Imobilizado:** Classificação do resultado gerado antes do imobilizado estar em condições projetadas de uso. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições projetadas de uso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2022. **• Melhorias anuais nas Normas IFRS 2018-2020:** Efetua alterações nas normas IFRS 1, abordando aspectos de primeira adoção em uma controlada; IFRS 9, abordando o critério do teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; IFRS 16, abordando exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil e IAS 41, abordando aspectos de mensuração a valor justo. Estas alterações de norma são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2022. **• Alteração da norma IAS 37 - Contrato oneroso: custo de cumprimento de um contrato:** Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação dos custos relacionados ao cumprimento de um contrato oneroso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2022. **• Alteração na norma IFRS 3 - Referências a estrutura conceitual:** Esclarece alinhamentos conceituais desta norma com a estrutura conceitual das IFRS. As alterações à IFRS 3 são efetivas para períodos iniciados em ou após 01/01/2022. **Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A KPE pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **• Alteração na norma IFRS 17 - Contratos de seguro:** Esclarece aspectos referentes a contratos de seguros. Alteração à IFRS 17 efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023. **• Alteração na norma IAS 1 - Classificação de passivos como Circulante ou Não circulante:** Esta alteração esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante. Alteração à IAS 1 efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023. **• Alteração na norma IFRS 4 - Extensão das isenções temporárias da aplicação da IFRS 9 para seguradoras:** Esclarece aspectos referentes a contratos de seguro e a isenção temporária de aplicação da norma IFRS 9 para seguradoras. Alteração à IFRS 4 efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023. **• Alteração da norma IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis:** Esclarece aspectos a serem considerados na divulgação de políticas contábeis. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2023. **• Alteração da norma IAS 8 - Definição de estimativas contábeis:** Esclarece aspectos a serem considerados na definição de estimativas contábeis. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2023. **• Alteração da norma IAS 12 - Imposto Diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação:** Esclarece aspectos a serem considerados no reconhecimento de impostos diferidos ativos e passivos relacionados a diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2023. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia e suas controladas. A diretoria da Companhia não estima efeito relevante quando da adoção inicial das referidas normas. **3. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas: 3.1. Uso de estimativa e julgamento:** A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, de acordo com as normas do CPC, exige que a diretoria faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que elas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre incertezas quanto às premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste relevante dentro do próximo período estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazo, provisões, custo orçado dos empreendimentos e contratos de construção, garantias e a elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da diretoria da Companhia, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

4. Caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Caixa e bancos	15.946	6.602	16.147	7.267
	15.946	6.602	16.147	7.267

5. Aplicações financeiras:

	Controladora e Consolidado 31/12/2022	Controladora e Consolidado 31/12/2021
Aplicação financeira em debêntures	40.000	40.000
	40.000	40.000

Em 28 de dezembro de 2021, a Companhia adquiriu debêntures simples não conversíveis em ações, em série única, no valor de R$ 40.000. As debêntures foram objeto de colocação privada e o vencimento se dará em 2026, com pagamento semestral da remuneração a partir de dezembro de 2022 e encargos 4% a.a. + IPCA. A forma de subscrição foi mediante a conversão de valores anteriormente disponibilizados e contabilizados como conta corrente entre as partes. A movimentação ocorrida no exercício corrente é a seguinte:

	Controladora e Consolidado 31/12/2022	Controladora e Consolidado 31/12/2021
Saldo inicial em 1° de janeiro	40.000	–
(+) Adição	–	40.000
(+) Encargos financeiros	4.075	–
(–) Amortização	(4.075)	–
Saldo final em 31 de dezembro, líquido	40.000	40.000

A amortização de juros no montante de R$ 4.075 foi através de compensação com o saldo de conta corrente, conforme Nota Explicativa n° 8.

6. Contas a receber de clientes:

	Controladora e Consolidado 31/12/2022	Controladora e Consolidado 31/12/2021
Privado	12.249	3.257
Público	80.039	55.249
	92.288	58.506

Os valores a receber são decorrentes dos contratos de construção de obras em andamento. Considerando que não existem créditos vencidos, a Companhia não espera perdas nesses recebíveis.

7. Estoques:

	Controladora e Consolidado 31/12/2022	Controladora e Consolidado 31/12/2021
Materiais para aplicação	**8.071**	**5.718**
Materiais em trânsito	**2.176**	**5.001**
Outros	**498**	**430**
	10.745	**11.149**

8. Partes relacionadas: Abaixo estão demonstradas as operações de partes relacionadas entre a Companhia e as demais empresas do grupo:

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Ativo não circulante				
Metha S.A.	103	3.157	103	3.157
Desbrava Equipamentos Ltda.	203	666	–	–
Total	306	3.823	103	3.157
Passivo não circulante				
G.O Participações S.A.	483	–	483	–
Total	483	–	483	–

Refere-se a saldo de conta corrente entre as partes sem incidência de encargos financeiros. A movimentação ocorrida no exercício corrente é a seguinte:

	2022 Controladora	2022 Consolidado
Saldo inicial em 1° de janeiro	3.823	3.157
(+) Envio de recursos	286.468	179.538
(–) Recebimentos	(314.543)	(207.150)
(+) Amortização de debêntures (a)	4.075	4.075
(+) Integralização de capital (b)	20.000	20.000
Saldo final em 31 de dezembro, líquido	(177)	(380)

A movimentação ocorrida no exercício de 2021 é a seguinte:

	2021 Controladora	2021 Consolidado
Saldo inicial em 1° de janeiro	49.493	49.493
(–) Recebimentos (c)	(50.000)	(50.000)
(+) Envio de recursos	43.197	42.531
(+) Adições sem efeito caixa	1.133	1.133
(+) Aquisição de debêntures (a)	(40.000)	(40.000)
Saldo final em 31 de dezembro	3.823	3.157

(a) Em 2021, houve a aquisição de debêntures emitidas pela METHA S.A. ("METHA"), conforme Nota Explicativa n° 5. Em 2022, a METHA amortizou o montante de R$ 4.075 através de compensação com o saldo de conta corrente. (b) Conforme Nota Explicativa n° 21, em 15 de dezembro de 2022, a AGE aprovou a destinação de R$ 20.000 para aumento de capital e constituição de reserva de capital. (c) Em março de 2021, os créditos de conta corrente aportados em 2020 foram integralmente liquidados em moeda corrente. Remuneração da diretoria: A remuneração anual da diretoria é fixada através de Assembleia Geral, cabendo ao Conselho de Administração proceder a sua distribuição entre os seus membros e os membros da diretoria. Em 20 de setembro de 2022, foi aprovada a remuneração global no montante de R$ 6.510 até 30 de abril de 2023.

9. Imobilizado:

Controladora e Consolidado

	Máquinas e equipamentos	Terrenos	Veículos	Equipamentos de informática	Móveis e Utensílios	Adiantamento	Direito de uso (IFRS 16) (ii)	Benfeitoria em imóveis de terceiros	Instalações	Total
Saldos em 31/12/2021	22.586	–	427	72	86	176	974	675	196	25.192
Adições	5.201	10.110	8.112	32	194	–	–	15	201	23.865
Baixas	(19.526)	–	(419)	(65)	(6)	(21)	(318)	–	(41)	(20.396)
Depreciações e amortizações	(925)	–	(783)	(3)	(17)	–	(165)	(172)	(13)	(2.078)
Saldos em 31/12/2022	7.336	10.110	7.337	36	257	155	491	518	343	26.583
Taxa média anual de depreciação e amortização	10%		20%	20%	10%	–	20%	20%	20%	
Saldos em 31/12/2022										
Custo	8.262	10.110	8.120	40	274	155	656	690	355	28.662
Depreciação acumulada	(926)	–	(783)	(4)	(17)	–	(165)	(172)	(12)	(2.079)
	7.336	10.110	7.337	36	257	155	491	518	343	26.583

Controladora e Consolidado

	Máquinas e equipamentos (i)	Veículos (i)	Equipamentos de informática	Móveis e Utensílios	Adiantamento (i)	Direito de uso (IFRS 16) (ii)	Benfeitoria em imóveis de terceiros	Instalações	Total
Saldos em 31/12/2020	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Adições	23.882	477	90	96	176	1.077	731	204	26.733
Depreciações e amortizações	(1.296)	(50)	(18)	(10)	–	(103)	(56)	(8)	(1.541)
Saldos em 31/12/2021	22.586	427	72	86	176	974	675	196	25.192
Taxa média anual de depreciação e amortização	10%	20%	20%	10%	–	20%	20%	20%	
Saldos em 31/12/2021									
Custo	23.882	477	90	96	176	1.077	731	204	26.733
Depreciação acumulada	(1.296)	(50)	(18)	(10)	–	(103)	(56)	(8)	(1.541)
	22.586	427	72	86	176	974	675	196	25.192

(i) Em 2021, a Companhia adquiriu máquinas, equipamentos e veículos no montante de R$ 23.800 que serão utilizados na execução de obras e projetos. As transações foram praticadas em condições normais de mercado utilizando como referência laudo de avaliação emitido por empresa especializada. (ii) Saldos relacionados as operações de arrendamento decorrentes de locação de imóveis para suas unidades administrativas, com pagamentos mensais e prazo de 60 meses.

A seguir estão apresentadas as movimentações no período corrente:

	Controladora e Consolidado 2022
Saldo inicial em 1° de janeiro	25.192
(+) Adições	3.278
(+) Adições sem efeito caixa	20.587
(–) Baixas	(454)
(–) Baixas sem efeito caixa (i)	(19.942)
(–) Depreciação do período	(1.913)
(–) Amortização IFRS 16	(165)
Saldo final em 31 de dezembro	26.583

(i) Em 2022, foi realizada a alienação de determinados equipamentos. O pagamento foi mediante compensação de valores que já haviam sido recebidos antecipadamente, no montante de R$ 9.147 conforme Nota Explicativa nº 18 e valores a receber no montante de R$ 10.477 registrados na rubrica de outros ativos, os quais já foram inteiramente recebidos.

A seguir estão apresentadas as movimentações ocorridas no exercício de 2021:

	Controladora e Consolidado 2021
Saldo inicial 1° de janeiro	–
(+) Adições (efeito caixa)	22.086
(+) Adições (sem efeito caixa)	4.647
(–) Saldo inicial de depreciação de obras cedidas	(108)
(–) Depreciação do exercício	(1.330)
(–) Amortização IFRS 16	(103)
Saldo final em 31 de dezembro	25.192

10. Fornecedores:

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Insumos e serviços	57.814	47.847	57.816	47.847
	57.814	47.847	57.816	47.847

continua→★

Assinado Digitalmente por: **EMPRESA EDITORA A TARDE S A:15111297000130 - Em: 22/11/2023**
Certificado emitido por: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, CN=AC DIGITALSIGN RFB G3
Acesse: https://atarde.com.br/validator-iti caso deseje validar a assinatura!

→★ continuação **Notas explicativas às demonstrações contábeis Individuais e consolidados em 31/12/2022 e de 2021 da KPE Performance em Engenharia S.A.** (Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

O saldo apresentado como fornecedores refere-se às obrigações decorrentes da compra de insumos, serviços das obras e gastos corporativos de consultoria, assessoria jurídica e financeira.

11. Salários, provisões e contribuições sociais:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Salários	3.377	2.394
FGTS	664	272
INSS	5.578	–
Provisões de férias	5.271	4.126
Provisões décimo terceiro	40	–
Outros encargos trabalhistas	3.622	1.298
	18.552	8.090

12. Tributos e contribuições a recolher:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
INSS	992	1.781	992	1.781
ISS	4.415	1.497	4.415	1.497
COFINS	6.614	2.230	6.614	2.230
PIS/COFINS/CSLL	606	132	606	132
IRRF	226	622	226	622
PIS	1.381	483	1.381	483
	14.234	6.745	14.234	6.745
Circulante	11.054	5.085	11.054	5.085
Não circulante	3.180	1.660	3.180	1.660

13. Parcelamentos tributários: Durante o exercício de 2022, a Companhia aderiu o parcelamento de determinados tributos, conforme demonstrado abaixo:

	Principal	Multa	Juros	Total
INSS	4.127	825	84	5.037
IRRF	1.215	243	26	1.484
COFINS	3.094	619	131	3.843
PIS	662	132	28	823
ISS	696	105	47	848
CSRF	152	30	4	187
IPTU	761	323	512	1.596
	10.707	2.278	832	13.817
Tributos parcelados no exercício de 2022				13.817
(+) Atualização Selic				805
(–) Pagamentos				(1.622)
				13.000
Circulante				4.080
Não circulante				8.920

14. Empréstimos e financiamentos:

				Controladora e Consolidado	
Modalidade	Encargos financeiros	Garantias	Vencimento	31/12/2022	31/12/2021
Capital de giro	1,6% a.m.	Recebíveis	03/01/2022	–	6.169
Capital de giro	2,5% a.m.	Recebíveis	05/08/2023	7.017	–
Capital de giro	2,5% a.m.	Recebíveis	05/09/2023	1.806	–
Capital de giro	1,49% a.m.	Recebíveis	15/07/2023	3.696	–
Capital de giro	1,49% a.m.	Recebíveis	15/02/2024	5.202	–
				17.721	6.169
Circulante				16.888	6.169
Não circulante				833	–

A movimentação no período corrente é a seguinte:

	Controladora e Consolidado 2022
Saldo inicial em 1° de janeiro	6.169
(+) Captação	21.124
(+) Provisão de encargos financeiros	3.346
(–) Pagamento de principal	(9.844)
(–) Pagamento de juros	(3.074)
Saldo final em 31 de dezembro	17.721

A movimentação no exercício de 2021 é a seguinte:

	Controladora e Consolidado 2021
Saldo inicial em 1° de janeiro	–
(–) Pagamento de principal	6.000
(+) Custos de captação	146
(+) Provisão de encargos financeiros	23
Saldo final em 31 de dezembro	6.169

15. Debêntures:

				Controladora e Consolidado	
Modalidade	Encargos financeiros	Emissão	Vencimento	31/12/2022	31/12/2021
1ª emissão (i)	1% a.m. + CDI	07/10/2021	07/12/2022	–	3.045
				–	3.045
Circulante				–	3.045
Não circulante				–	–

(i) Debênture simples privada, não conversível em ações, em série única e pagamento mensal da remuneração a partir de dezembro de 2021. Em 01 de setembro de 2022, a Companhia amortizou integralmente o saldo em aberto.

A movimentação no período corrente é a seguinte:

	Controladora e Consolidado 2022
Saldo inicial em 1° de janeiro	3.045
(+) Provisão de encargos financeiros	512
(–) Pagamento de juros	(557)
(–) Pagamento de principal	(3.000)
Saldo final em 31 de dezembro	–

A movimentação no exercício de 2021 é a seguinte:

	Controladora e Consolidado 2021
Saldo inicial em 1° de janeiro	–
(+) Adição	3.000
(+) Provisão de encargos financeiros	158
(–) Pagamento de juros	(113)
Saldo final em 31 de dezembro	3.045

16. Valores faturados e recebidos antecipadamente:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Adiantamento de clientes (i)	18.385	446
Receita diferida (ii)	1.561	11.171
	19.946	11.617
Circulante	15.912	446
Não circulante	4.034	11.171

(i) Os valores recebidos pelos clientes de forma antecipada e que serão abatidos do faturamento das obras.
(ii) A receita diferida refere-se ao faturamento antecipado de contratos de construção em curso, sendo liquidado mediante o progresso dos projetos, mensurado na proporção dos custos incorridos em relação aos custos orçados.

17. Arrendamento por direito de uso:

Refere-se aos compromissos assumidos em contratos de locação para as instalações administrativas da Companhia. A título de garantia contratual foram pagos antecipadamente o valor equivalente a três meses de aluguéis.

	Controladora e Consolidado 2022
Saldo inicial em 1° de janeiro	1.148
(+) Ajuste a valor presente (i)	119
(–) Baixas	(504)
Saldo final em 31 de dezembro	763
Circulante	97
Não circulante	666

	Controladora e Consolidado 2021
Saldo inicial em 1° de janeiro	–
(+) Adições	1.077
(+) Ajuste a valor presente (i)	123
(–) Pagamentos	(52)
Saldo final em 31 de dezembro	1.148
Circulante	441
Não circulante	707

(i) O ajuste a valor presente relacionado aos contratos de arrendamento por direito de uso é calculado individualmente por contrato e aplicado durante sua vigência, considerando o prazo de vencimento. Os aluguéis variáveis, de contratos de curto prazo ou de baixo valor são registrados no resultado do período.

18. Adiantamento de terceiros:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Adiantamento de terceiros	1.253	10.400
	1.253	10.400

No 1º trimestre de 2022, conforme Nota Explicativa nº 9, a Companhia alienou determinados equipamentos e compensou o montante de R$ 9.147 com o saldo de adiantamento.

19. Conta corrente com consórcios:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Consórcio Serra das Araras Rio	16.235	4.685
Consórcio Monotrilho Ouro	11.838	12.231
Outros consórcios	(1.571)	1.160
	26.502	18.076

Refere-se aos compromissos assumidos pela Companhia com os consórcios nos quais possui participação.

20. Provisão para riscos processuais: A Companhia possui contingências de natureza cível e trabalhista. Com base na opinião de seus assessores jurídicos, mantém provisionado o montante de R$ 177, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Processos trabalhistas	162	162
Processos cíveis	15	15
	177	177

Demandas judiciais com possibilidade de perda possível: A Companhia tem conhecimento de outros processos de natureza cível e trabalhista e com base na avaliação de seus assessores jurídicos estima uma possibilidade de perda como possível no montante de R$ 2.798. Adicionalmente, por sucessão em determinados contratos com clientes de sua controlada e coligadas, não está descartada a possibilidade da Companhia vir a responder subsidiariamente por eventuais contingências cíveis, trabalhistas e tributárias. Na esfera tributária, com base na opinião de seus assessores jurídicos, existem sólidos argumentos de defesa que mitigam a materialização do risco para a Companhia. A ocorrência de eventuais contingências é de difícil previsão e quantificação. Se vierem a se consumar, poderão impactar a situação financeira e os resultados da Companhia. **21. Patrimônio líquido:** Capital social: Em 25 de março de 2021, a AGE aprovou o aumento de capital social da Companhia em R$ 1.500 passando para R$ 60.001, mediante a emissão de 1.500.000 (hum milhão e quinhentas mil) novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, em tudo idênticas àquelas já existentes, ao preço de emissão de R$ 1,00 (hum real) por ação, as quais foram subscritas pelos acionistas. Em 16 de abril de 2021, a METHA adquiriu a participação da Construtora COESA, da COESA e da COESA Construção na KPE a valor de mercado. Em decorrência da referida transação a METHA passou a deter 51.501.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, representativas de 85,84 % do capital social da Companhia. Em 06 de julho de 2021, conforme deliberado na AGE de 2 de dezembro de 2020, os acionistas integralizaram o montante de R$ 1.980. Em 30 de dezembro de 2021, a AGE aprovou o aumento de capital social da Companhia em R$ 10.130, sendo R$ 20 mil através da conversão do saldo de adiantamento para futuro aumento de capital e R$ 10.110 em créditos detidos pelas Alpha 3 Participações S.A. e G.O. Participações S.A., passando para R$ 70.131, mediante a emissão de 10.130.000 (dez milhões cento e trinta mil) novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, em tudo idênticas àquelas já existentes, ao preço de emissão de R$ 1,00 (hum real) por ação, as quais foram subscritas pelos acionistas. Em 15 de dezembro de 2022, a AGE aprovou o aumento de capital da Companhia, através de créditos detidos pala acionista Metha decorrentes de valores anteriormente disponibilizados, passando para R$ 74.000, mediante a emissão de 3.869.000 (três milhões, oitocentos e sessenta e nove mil) novas ações ordinárias todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R$ 1,00 (hum real) por ação, as quais foram subscritas pela acionista totalizando R$ 3.869 e constituição de reserva de capital no montante de R$ 16.131. Em 31 de dezembro de 2022, o capital social subscrito é detido pelas seguintes acionistas:

	31/12/2022		31/12/2021	
Acionistas	Quantidade de ações	%	Quantidade de ações	%
METHA S.A.	55.370.000	74,82%	51.501.000	73,44%
Alpha 3 Participações S.A.	9.315.000	12,59%	9.315.000	13,28%
G.O. Participações S.A.	9.315.000	12,59%	9.315.000	13,28%
Total	74.000.000	100%	70.131.000	100%

Destinação dos lucros: O estatuto social da Companhia prevê a seguinte destinação dos lucros apurados no final de cada período, após deduzidos os prejuízos acumulados, se houver, e provisão sobre os tributos sobre a renda e as participações no resultado: (a) 5% para a reserva legal, que não excederá 20% do capital social; (b) formação de reservas para contingências, caso haja necessidade; (c) constituição de reservas de lucros a realizar, se for o caso, na forma prevista pela legislação; (d) pagamento de dividendos anuais obrigatórios de, no mínimo, 25% sobre o lucro líquido do período, ajustado na forma da lei de acordo com as deduções previstas "a", "b", "c" anteriores; e (e) a Assembleia Geral resolverá sobre o destino do saldo remanescente do lucro líquido do período. A Companhia não auferiu lucro em 2022 e 2021.

22. Receita líquida:

	Controladora	Consolidado
	Acumulado do atual exercício 01/01/2022 a 31/12/2022	Acumulado do exercício anterior 01/01/2021 a 31/12/2021
Receita bruta:		
Receita de construção	312.867	92.680
Receita de gerenciamento	3.945	–
Receita de locação	1.401	1.765
	318.213	94.445
Impostos incidentes sobre a receita	(16.610)	(6.172)
	301.603	88.273

23. Custos e despesas por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	Acumulado do atual exercício 01/01/2022 a 31/12/2022	Acumulado do exercício anterior 01/01/2021 a 31/12/2021	Acumulado do atual exercício 01/01/2022 a 31/12/2022	Acumulado do exercício anterior 01/01/2021 a 31/12/2021
Serviços de terceiros (a)	(75.176)	(45.135)	(75.186)	(45.135)
Gastos com pessoal	(94.867)	(28.318)	(94.867)	(28.318)
Materiais de consumo e aplicação	(59.142)	(17.023)	(59.142)	(17.023)
Custos e despesas gerais	(71.014)	(6.334)	(71.027)	(6.335)
Aluguéis	(26.379)	(3.025)	(26.379)	(3.025)
Remuneração do pessoal-chave da administração	(3.531)	(1.910)	(3.531)	(1.910)
Depreciação e amortização	(2.078)	(1.433)	(2.078)	(1.433)
Viagens e representações	(2.601)	(461)	(2.601)	(461)
Utilidades e serviços	(1.691)	(378)	(1.691)	(378)
Impostos e taxas	(754)	–	(756)	–
Provisão para riscos processuais	–	(177)	–	(177)
Custo de mercadorias vendidas	(393)	(146)	(393)	(146)
Multas tributárias	(1.570)	–	(1.570)	–
Outros	899	1.069	899	1.069
	(338.297)	(103.271)	(338.322)	(103.272)
Custos dos serviços prestados	(300.549)	(85.899)	(300.549)	(85.899)
Despesas gerais e administrativas	(38.647)	(18.441)	(38.672)	(18.442)
Outras receitas (despesas), líquidas	899	1.069	899	1.069
	(338.297)	(103.271)	(338.322)	(103.272)

(a) Refere-se basicamente a serviços contratados nas obras, consultoria, assessoria jurídica e financeira e auditoria.

24. Resultado financeiro, líquido:

	Controladora		Consolidado	
	Acumulado do atual exercício 01/01/2022 a 31/12/2022	Acumulado do exercício anterior 01/01/2021 a 31/12/2021	Acumulado do atual exercício 01/01/2022 a 31/12/2022	Acumulado do exercício anterior 01/01/2021 a 31/12/2021
Receitas financeiras				
Descontos obtidos	288	77	288	77
Rendimentos sobre aplicações financeiras	4.973	47	5.014	47
Despesas financeiras				
Juros pagos ou provisionados:	5.260	124	5.302	124
Sobre operações financeiras	(2.279)	(180)	(2.279)	(180)
Sobre debêntures	(609)	–	(609)	–
Sobre fornecedores	(4.441)	(326)	(4.441)	(326)
Sobre obrigações fiscais	(929)	–	(929)	–
Ajuste a valor presente	(119)	(123)	(119)	(123)
Descontos concedidos	(1.015)	(346)	(1.015)	(346)
IOF	(185)	(57)	(186)	(57)
Outras despesas financeiras	(2.370)	(320)	(2.379)	(321)
	(11.947)	(1.352)	(11.957)	(1.353)
Resultado financeiro, líquido	(6.687)	(1.228)	(6.655)	(1.229)

25. Imposto de renda: Os valores de impostos de renda e contribuição social que afetaram o resultado do período são demonstrados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	Acumulado do atual exercício 01/01/2022 a 31/12/2022	Acumulado do exercício anterior 01/01/2021 a 31/12/2021	Acumulado do atual exercício 01/01/2022 a 31/12/2022	Acumulado do exercício anterior 01/01/2021 a 31/12/2021
Resultado contábil antes do IR e CS	(43.374)	(16.228)	(43.374)	(16.228)
Alíquota combinada do IR e CS	34%	34%	34%	34%
IR e CS às alíquotas da legislação	14.747	5.518	14.747	5.518
Ajustes no prejuízo que afetam o resultado do período:				
Adições permanentes				
Despesas não dedutíveis	(31)	(3)	(31)	(3)
Exclusões permanentes				
Equivalência patrimonial	6	–	6	–
IR e CS no resultado	14.722	5.515	14.722	5.515
IR e CS diferidos	14.722	5.515	14.722	5.515
IR e CS no resultado	14.722	5.515	14.722	5.515

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos foram constituídos em decorrência de estudos preparados pela diretoria quanto à geração de lucros tributáveis futuros que possibilitem a realização total desses valores nos próximos anos, além da expectativa de realização das diferenças temporárias dedutíveis.

26. Gestão de riscos financeiros: No curso normal de suas operações, a Companhia está exposta a riscos de mercado, tais como taxas de juros. Esses riscos são monitorados pela diretoria utilizando-se de instrumentos de gestão e políticas internas. A Companhia não possuía instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2022. Gestão de risco de capital: A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital. A diretoria da Companhia revisa periodicamente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, o Comitê considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital. Principais políticas contábeis: Os detalhes a respeito das principais políticas contábeis e métodos adotados, inclusive o critério para reconhecimento, a base para mensuração e a base na qual as receitas e despesas são reconhecidas no resultado em relação a cada classe de ativos, passivos e instrumentos financeiros, estão apresentados na Nota Explicativa nº 2 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Gerenciamento do risco financeiro: Os principais riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta na condução das suas atividades são: Risco de crédito: O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. Gerenciamento do risco de liquidez: A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. Risco de taxa de juros: Este risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações nas taxas de juros. Os impactos relacionados no resultado com a variação das taxas de juros foram considerados imateriais para mensuração. Gestão do capital social: O objetivo da gestão do capital social da Companhia é assegurar que se mantenha uma classificação de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas. A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajuste e adequação às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar pagamento de dividendos, retorno de capital aos quotistas, captação de novos empréstimos, emitir debêntures, entre outros.

27. Seguros: Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía diversas coberturas de seguro cobrindo diversos riscos, dentre eles riscos de *property* (incêndio), riscos de engenharia e responsabilidade civil e trabalhistas. O seguro contra riscos de engenharia visa cobrir danos materiais à própria obra e o seguro de responsabilidade civil visa cobrir danos que o processo de execução das obras ocasione involuntariamente a terceiros.

28. Transações não envolvendo caixa: Durante o exercício, a Companhia realizou as seguintes operações não envolvendo caixa:

	Notas explicativas	Controladora Acumulado do atual exercício 01/01/2022 a 31/12/2022	Consolidado Acumulado do exercício anterior 01/01/2021 a 31/12/2021
Alienação de imobilizado e compensação com adiantamento de terceiros	9 e 16	19.624	–
Baixa de direito de uso	–	318	–
Aquisição de imobilizado e compensação com créditos	–	20.587	–
Amortização de debêntures com crédito de partes relacionadas	5 e 8	4.075	–
Aquisição de imobilizado com crédito de partes relacionadas	7	–	518
Transferência de adiantamento de cliente com créditos de partes relacionadas	–	–	3.672

29. Eventos subsequentes: Supremo Tribunal Federal ("STF") muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária: Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 - Recursos Extraordinários nº 949.297 e 885 - Recurso Extraordinário n° 955.227. Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de maneira definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido. A Administração avaliou com os seus Assessores Jurídicos Internos e externos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da administração suportada por seus Assessores Jurídicos, e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.

A Administração

Contadora: Juliana Gomes Wanderley Gouveia - CRC-BA 028755/O-9

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Aos Acionistas e Administradores da **KPE Performance em Engenharia S.A. -** São Paulo - SP. **Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **KPE Performance em Engenharia S.A. ("Companhia" ou "KPE")**, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **KPE Performance em Engenharia S.A.** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidades com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar a nossa opinião. **Ênfases: Transações com partes relacionadas:** Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 8 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui transações com a sua controladora direta METHA S.A., efetuadas de acordo com as condições estabelecidas entre elas. Consequentemente, os resultados das operações da KPE poderiam ser diferentes daqueles apresentados caso as condições normais de mercado fossem consideradas. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Riscos de sucessão:** Conforme descrito na Nota Explicativa n° 20 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Companhia apresenta riscos futuros de sucessão. A KPE poderá responder subsidiariamente por eventuais contingências trabalhistas e tributárias de suas controladoras. Até o presente momento, a Companhia já foi mencionada, no polo passivo, em processos judiciais envolvendo as suas controladoras que montam a R$ 12.562, com prognóstico de perda classificado como remoto pelos assessores jurídicos da Companhia. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Outros assuntos: Demonstração individual e consolidada do valor adicionado:** As demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa opinião, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de maneira consistente com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 05 de abril de 2023

BDO

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1

Manuel Perez Martinez Júnior
Contador CRC 1 BA 025458/O-0 - S - SP

Assinado Digitalmente por: **EMPRESA EDITORA A TARDE S A:15111297000130 - Em: 22/11/2023**
Certificado emitido por: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, CN=AC DIGITALSIGN RFB G3
Acesse: https://atarde.com.br/validator-iti caso deseje validar a assinatura!

2 páginas - Datas e horários baseados em Brasília, Brasil
Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)
Certificado de Assinaturas gerado em: 22 de novembro de 2023, 15:11:35

474 KPE_5595_23_2OPC.pdf
Código do documento: 474

Assinado por:

EMPRESA EDITORA A TARDE S A:15111297000130
Certificado Digital
E-mail: legal02@hmcontabilidade.com.br

Registro de Eventos:

27 abr. 2023, 00:01:00 - UPLOAD
Documento: 474
Criado por: Jandir Almeida. **E-mail:** jandir@atarde.com.br
DATE_ATOM: 2023-04-26T21:01:00-0300

22 nov. 2023, 14:59:01 - INÍCIO DO PROCESSAMENTO
Assinatura de iniciada pelo Serviço de Assinaturas.
DATE_ATOM: 2023-11-22T11:59:01-0300

22 nov. 2023, 15:11:29 - ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL EMPRESA EDITORA A TARDE S A:15111297000130
E-Mail: legal02@hmcontabilidade.com.br
Emissor do Certificado: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, CN=AC DIGITALSIGN RFB G3
DATE_ATOM: 2023-11-22T12:11:29-0300

Hash do documento original

[SHA256]:cfe8e5f325c8fee9759b4ce0cd22a3da732d63ff5abb55b899e8638a25050c2f
[SHA512]:cf83e1357eefb8bdf1542850d66d8007d620e4050b5715dc83f4a921d36ce9ce47d0d13c5d85f2b0ff8318d2877eec2f63b931bd47417a81a538327af927da3e

Este certificado pertence única e exclusivamente aos documentos de HASH acima!

Este documento está assinado digitalmente com um certificado digital emitido por: AC DIGITALSIGN RFB G3